

Francisco Lopes descarta centralização do câmbio

Novo presidente do Banco Central foi aprovado por senadores após sabatina e criticou a idéia do "currency board" para o Brasil

Mônica Izquierre
de Brasília

A preocupação com a hipótese de o governo brasileiro vir a adotar a centralização cambial ou então um regime de câmbio igual ao da Argentina ("currency board") dominou boa parte do debate durante a sabatina de Francisco Lopes, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O candidato a titular da presidência do Banco Central rejeitou, perante os senadores, qualquer possibilidade de que as operações de câmbio venham a ser centralizadas no BC, como ocorreu na década de 80. O regime argentino também foi criticado por Lopes como solução para o caso brasileiro.

A opção do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, segundo Francisco Lopes, já foi feita e é mesmo pelo regime de livre flutuação da taxa de câmbio. Teoricamente, disse Lopes, o governo tinha três opções: 1) manter a livre flutuação, mesmo com risco de efeito inflacionário, 2) seguir o conselho da Argentina e adotar o sistema de livre conversibilidade de dólar para a moeda nacional com cotação fixa e 3) fazer a centralização do câmbio no BC.

Num jantar com a equipe econômica, anteontem, disse Lopes, o presidente FHC "foi categórico" em dizer



Francisco Lopes

que não quer e que não fará a centralização cambial. Conforme Lopes, o presidente argumentou que o Brasil é uma economia integrada ao mercado internacional e que a centralização significaria romper o relacionamento que o País levou mais de uma década para reconstruir.

A centralização significaria inevitavelmente uma moratória, disse Lopes. Aliás, o sentido de tirar dos bancos as operações de câmbio para centralizá-las no BC é justamente o de selecionar quem pode ou não adquirir moeda estrangeira para remeter ao exterior. E só se faz isso quando imagina-se que não será possível pagar todos os compromissos externos.

Nesse sentido, a centralização "é arbitraria", disse Lopes. Para ele, trata-

se na verdade de "um não regime cambial, da falta de um regime".

Os efeitos de uma centralização, necessariamente seguida de moratória, seriam nefastos, disse Lopes. O País perderia a capacidade de tomar crédito externo provavelmente por muitos anos, como aconteceu na década passada. Outro efeito devastador, segundo ele, seria a interrupção do fluxo de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil, considerados estratégicos para a retomada do crescimento e redução do desemprego.

O fluxo líquido desses investimentos, lembrou ele, chegou a US\$ 26 bilhões em 1998, apesar das crises asiática e russa, e está previsto em US\$ 20 bilhões para 1999, disse. A sua interrupção, além de criar problemas para o balanço de pagamentos externos do País, cortaria um dos mais importantes, senão o principal, canal de transferência de tecnologia. Os ganhos de produtividade verificados no Brasil devem-se em grande medida, defendeu Lopes, à transferência de tecnologia proporcionada pelos investimentos estrangeiros. Uma moratória, segundo ele, bloquearia o acesso ao conhecimento.

Sobre o regime argentino, Lopes disse que também é "sustentável permanentemente" e que continuará a funcionar bem naquele país. Mas a

mesma receita, na sua opinião, não é boa para o Brasil, que não tem tradição de dolarização da economia "graças a Deus". Adotar o "currency board" aqui exigiria, em primeiro lugar, um confisco, alongando-se o prazo de aplicações financeiras. Exigiria ainda que o BC forçasse uma dolarização. "Seria difícil e desastroso", avaliou.

Mas a ênfase maior dada por Lopes foi na negativa da moratória. "Este governo não fará a centralização cambial", enfatizou. Numa amostra do ceticismo que dominou a sessão da CAE, porém, o senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, lembrou que o governo FHC e sua equipe econômica não têm honrado suas declarações. Por diversas vezes, o governo disse, por exemplo, que não mexeria na política cambial e mexeu. Soltou nota oficial, na noite de 14 de janeiro, dizendo que não ia deixar flutuar o câmbio e, na manhã seguinte, deixa, exemplificou ainda Requião.

O senador paranaense chegou a ler frases do presidente da República, negando mudança na política cambial. O senador Jefferson Peres (PSB-AM) engrossou o coro dos céticos e lembrou que, um dia antes de o Banco Central decidir elevar os juros, na semana passada, o presidente da República "passou pelo constra-

gimento" de dizer em um programa de rádio que os juros não seriam elevados. Na véspera da demissão do ex-presidente do BC, Gustavo Franco, FHC garantiu que ele ficaria, embora já o tivesse demitido. "O fato de Fernando Henrique negar já é motivo para que eu suspeite que a centralização será adotada", complementou Roberto Requião.

Aparentemente, Lopes não se constrangeu com o fato de os senadores apontarem as contradições entre o discurso e a prática da equipe econômica. Ele explicou que o governo não queria, mas foi obrigado a abandonar antes do previsto a política de banda cambial para proteger as reservas cambiais no BC.

Desde o início do Plano Real, em 1994, o governo já planejava, segundo ele, passar para o regime de livre flutuação. O governo tentou fazer uma transição gradual e tranquila, em condições favoráveis de entrada de capitais estrangeiros. Mas foi atropelado pelos efeitos das crises da Ásia, no fim de outubro de 1997, e da Rússia, em agosto de 1998, e ainda pela demora no ajuste fiscal. O pacote fiscal de novembro de 1997 mostrou-se tímido demais, afetando fortemente a credibilidade na economia do Brasil, afirmou.

"É claro que podemos ter cometido erros", disse Lopes, ponderan-

do, no entanto, que é muito fácil julgar depois de tudo acontecido. Ele reconheceu que a política cambial anterior gerou uma sobrevalorização do real perante o dólar. Mas disse que a âncora cambial foi necessária para acabar com o processo crônico de inflação que havia em 1994. Naquele momento, não tinha alternativa, defendeu. Ele admitiu que o governo perdeu momentos mais favoráveis para mudar ou flexibilizar sua política cambial. Reconheceu que talvez fosse melhor, por exemplo, se o governo tivesse trabalhado logo com o regime de banda larga em 1995 em vez de adotar a regime de intrabanda. "Foi uma boa idéia que veio tarde", afirmou, referindo-se à decisão adotada em 13 de janeiro último e abandonada dois dias depois, para evitar mais perda de reservas cambiais.

Com a livre flutuação, o BC parou de intervir e perder reservas. O atual nível é de US\$ 36 bilhões, o que, segundo Francisco Lopes, garante os vencimentos externos de responsabilidade do governo federal em 1999, no total de US\$ 12 bilhões. Ele previu, no entanto, que as reservas vão fechar 1999 em US\$ 50 bilhões, pois conta com mais recursos do Fundo Monetário International (FMI) e a volta do fluxo cambial positivo.